O ofício do mediador na perspectiva controversial: a arte de construir a autonomia e o sujeito de direito

- El oficio del mediador en la perspectiva controversial: el arte de construir la autonomía y el sujeto de derecho
- The mediator's work viewed through the controversial perspective: the art of constructing autonomy and the subject of right

Hilda Helena Soares Bentes¹
Diego Machado Monnerat²

Resumo: Propõe-se analisar a articulação entre direitos humanos e mediação, tendo como objetivo precípuo o estudo do ofício do mediador, na esteira do pensamento de Luis Alberto Warat, como forma de resolução dos conflitos e da formação de cidadãos engajados com a promoção efetiva dos direitos humanos. O sentido de mediação não se restringe ao conceito técnico do universo jurídico, mas abarca todos os casos de intermediação verificáveis em situações de vulnerabilidade social, o que requer a aplicação de medidas para a efetivação dos direitos humanos e o exercício da cidadania. Busca-se expor como a percepção waratiana relaciona-se à perspectiva controversial, sobretudo no que tange à aplicabilidade da mediação como potencialidade pedagógica. Enfatiza-

1 Professora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Católica de Petrópolis-UCP. hildabentes@uol.com.br

2 Mestre em Direito. Professor tutor na Faculdade Unyleya. monneratdm@gmail.com

-se que a controvérsia como método educacional fornece subsídios para a criação de uma consciência crítica nos sujeitos sobre as diferenças na estrutura social. Em paralelo à mediação, o método controversial confere aos sujeitos de direito protagonismo na solução de conflitos, fazendo-os perceber pontos de vista diferentes e, por consequência, soluções alternativas. O ofício do mediador analisado a partir de uma perspectiva controversial visa superar os paradigmas formais da razão pura e do formalismo jurídico, criando possibilidades para a sabedoria transmoderna e um novo modelo para a compreensão do Direito. A abordagem controversial e o conceito de mediação desenvolvido por Warat aprimoram a ideia e o método de Educação em Direitos Humanos, em especial a busca da autonomia dos indivíduos, ao efetuar análises consistentes sobre os processos cognitivos aptos a modelar cidadãos sensíveis e sujeitos de direito responsáveis por práticas significativas no plano social, político e cultural. A análise empreendida na investigação objetiva estabelecer as convergências entre a pedagogia controversial e o pensar waratiano, na proporção em que pressupõe principalmente atitudes comportamentais que irão suscitar uma melhor compreensão do outro, uma abertura incondicional para o diálogo e a busca da autonomia do educando. Assim, as noções de autonomia e de humanização do Direito, esboçadas por Warat, aliados aos objetivos da perspectiva controversial, constituem marcos teóricos significativos para o desenvolvimento da pesquisa e dá novas possibilidades à Educação em Direito Humanos. Utiliza-se, na abordagem, um método descritivo e conceitual, com aplicabilidade na *práxis* jurídica.

Palavras-chave: Mediação. Perspectiva controversial. Educação em direitos humanos. Autonomia. Sujeito de direito

Resumen: Se propone analizar la relación entre los derechos humanos y mediación, el objetivo principal es el estudio del oficio de mediador siguiendo el pensamiento de Luis Alberto Warat como medio de resolución de los conflictos y la formación de ciudadanos comprometidos con la promoción efectiva de los derechos humanos. El sentido de mediación no se limita al concepto técnico del universo jurídico, sino que abarca todos los casos de intermediación verificables en situaciones de vulnerabilidad social, lo que requiere la aplicación de medidas para hacer efectivos los derechos humanos y la realización de la ciudadanía. Su objetivo es exponer cómo la percepción waratiana se relaciona con la perspectiva controversial, especialmente en cuanto a la aplicabilidad de la mediación como potencial pedagógico. Se hace hincapié en que la controversia como método educativo ofrece subvenciones para la creación de una conciencia crítica en los sujetos acerca de las diferencias en la estructura social. Paralelamente a la mediación, el método controversial proporciona a los individuos de derecho el papel principal en la resolución de conflictos, haciendo que se den cuenta de los diferentes puntos de vista y, por tanto, soluciones alternativas. El oficio del mediador analizado desde una perspectiva controversial está dirigido a superar los paradigmas formales de la razón pura y del formalismo jurídico, creando posibilidades para la sabiduría transmoderna y un nuevo modelo para la comprensión del Derecho. El enfoque controversial y el concepto de mediación desarrollado por Warat mejora la idea y el método de la Educación en Derechos Humanos, en particular, la búsqueda de la autonomía de los individuos, al hacer un análisis coherente

de los procesos cognitivos capaces de modelar ciudadanos sensibles y sujetos de derecho responsables por prácticas significativas en el ámbito social, político y cultural. El análisis llevado a cabo en la investigación tiene como objetivo el establecimiento de las similitudes entre la pedagogía controversial y el pensamiento waratiano, en la medida en que implica principalmente actitudes de comportamiento que darán lugar a una mejor comprensión de los demás, una apertura incondicional al diálogo y la búsqueda de la autonomía del estudiante. Por consiguiente, los conceptos de autonomía y de humanización del Derecho, elaborados por Warat, combinados con los objetivos de la perspectiva controversial, son marcos teóricos significativos para el desarrollo de la investigación y proporciona nuevas posibilidades a la Educación en Derechos Humanos. Se utiliza en el enfoque, un método descriptivo y conceptual con aplicabilidad en la *práxis* jurídica.

Palabras clave: Mediación. Perspectiva controversial. Educación en derechos humanos. Autonomía. Sujeto de derecho.

Abstract: It aims to analyze the relationship between human rights and mediation with the main objective focused on the study of the mediator's work, following Luis Alberto Warat's thought, conceived as a kind of solution of conflicts and of the formation of citizens engaged in the promotion of human rights. The meaning of mediation is not restrictive to the technical concept of the juridical sphere, but it includes all the cases of mediation observed in situations that might be characterized by social vulnerability, which demand the adoption of actions to the accomplishment of the human rights and the exercise of citizenship. It seeks to expose how the waratian perception is related to the controversial perspective, especially as regards its applicability to mediation as pedagogical potentiality. It is emphasized that the controversy as an educational method provides insights for a creation of a critical awareness about the perception of differences in the social structure. Side by side to mediation, the controversial method gives protagonism to the subjects of right in the solution of conflicts, making them perceive different points of view and, consequently, alternative solutions. The mediator's work analyzed from a controversial perspective overcomes the formal paradigms of the pure reason and legal formalism, creating possibilities for a transmodern wisdom and a new model for the understanding of Law. The controversial approach and the concept of mediation developed by Warat enhance the idea and the method of Human Rights Education, especially the search for the individual autonomy, by conducting consistent analyses of the cognitive processes capable of shaping sensitive citizens and subjects of right responsible for significant practices in social, political and cultural levels. The analysis carried out in this study has the objective of establishing the convergences between the controversial pedagogy and the waratian thinking, insofar as they presupposes behavioral attitudes that will give rise to a better understanding of the other, that is an unconditional openness to the dialogue and the search for the autonomy of the learner. The notions of autonomy and the humanitarianism of Law, outlined by Warat, with the objectives of the controversial perspective, constitute significant theoretic references to the development of the research and give new possibilities to the Education in Human

Rights. A descriptive and conceptual approach, with application on the juridical praxis, is employed in the work.

Keywords: Mediation. Controversial perspective. Education in human rights. Autonomy. Subject of right.

Introdução

Parte-se da importância de um estudo voltado para o aprendizado de uma cultura alicerçada nos direitos humanos, por intermédio do conceito de mediação, particularmente adotado por Luis Alberto Warat no texto *Surfando na pororoca: o ofício do mediador*. O sentido de mediação delineado por Warat compreende a forma de resolução dos conflitos através do consenso alcançado entre as partes envolvidas, o que levaria a formação de cidadãos verdadeiramente comprometidos com os direitos humanos e com o ideal de construção de uma sociedade justa e fraterna, na medida em que as partes conflitantes chegariam a reconhecer a outra parte e os seus direitos correspondentes. A concepção de mediação não se limitaria, assim, à composição dos conflitos, peculiar da esfera extrajudicial, mas se expandiria por todas as situações caracterizadas pela extrema vulnerabilidade social, que exigem a intermediação e ações efetivas na direção de facilitar o acesso das pessoas fragilizadas aos órgãos competentes para a promoção dos direitos humanos e do exercício da cidadania.

Busca-se na ideia de Educação em Direitos Humanos o eixo temático apropriado para orientar o propósito desta investigação, e proceder a análises que visem à formação de cidadãos sensíveis e sujeitos de direito plenamente responsáveis por práticas sociais significativas no plano social, político e cultural. A abordagem em torno do tema 'Direitos Humanos e Mediação' reveste-se de um caráter essencialmente pedagógico, pois permeia todas as atividades comprometidas com o aperfeiçoamento da cultura dos direitos humanos, e, especialmente, com os currículos das Faculdades de Direito, que deveriam inspirar-se em programas orientados para uma formação plenamente qualificada como humanista.

A concepção de mediação esboçada por Warat apresenta pontos convergentes com a perspectiva controversial aplicável à educação em direitos humanos, sendo oportuno verificar se os pressupostos básicos da pedagogia baseada na controvérsia já estão presentes na proposta waratiana de mediação. O resgate do pensamento de Warat, no que tange ao enfoque controversial e à educação em direitos humanos, coloca o seu conceito de mediação como central na análise desse novo enfoque educacional.

Na primeira parte deste trabalho, uma breve exposição das principais ideias de Luis Alberto Warat no tocante à concepção de mediação será apresentada. O conceito articulado por Warat discrepa da noção, fundamentalmente dogmática, da solução de conflitos promovida extrajudicialmente. O autor sinaliza campos semânticos diversificados com o intuito de conceber um horizonte diferente de mediação, capaz de alcançar as profundezas do humano que perpassam as conflituosas relações entre os homens. Um

diálogo com a perspectiva controversial será estabelecido a fim de identificar as confluências entre o pensamento waratiano e a pedagogia crítica que emerge do sentido da “*controversialidad*”³ e de sua aplicação à educação (KOLSTREIN; BRAVO, 2015).

Um exame sobre a natureza pedagógica da mediação e sua relevância para o ensino jurídico, firmando as bases teóricas na linha proposta por Warat, com os subsídios o novo enfoque controversial, será efetuado; outros referenciais serão buscados em Theodor Adorno, Wilson Levy e Manfredo Araújo de Oliveira, com vistas a vislumbrar uma cultura dos direitos humanos nos programas das faculdades de direito. O caráter pedagógico atribuído à mediação valoriza esse instrumento de comunicação humana como elemento de intermediação nas situações de déficit na promoção dos direitos humanos.

Na última seção, será discutida a primazia de difundir a humanização do Direito, ponto culminante de um estágio superior de desenvolvimento da autonomia de sujeitos plenamente aptos a serem promotores dos direitos humanos. A menção ao pensamento de Warat impõe-se pela necessidade de coerência, sem prejuízo metodológico da referência a outros pensadores, que reforçam as balizas teóricas do conhecimento e da ética. Será mostrado que o pensar waratiano antecipa componentes essenciais da pedagogia controversial, apontando para a construção da autonomia e da consciência de cada ser humano como um sujeito de direito digno de uma existência decente.

Destaque-se que a pesquisa adota uma perspectiva teórica e conceitual, com aplicabilidade na práxis jurídica. Ou seja, o referencial metodológico encontra substratos teóricos para a construção de uma via de debate significativo para a consolidação de uma efetiva cultura ancorada nos direitos humanos, o que irá redundar numa remodelagem da linguagem e, principalmente, dos sentimentos dos futuros aplicadores do direito para o incontornável papel de defensores dos Direitos do Homem.

1. O conceito de mediação segundo Luis Alberto Warat: um diálogo com a pedagogia controversial

O conceito de mediação como a alternativa de resolução extrajudicial de conflitos, ultrapassando o modelo adversarial típico das disputas jurídicas, constitui o ponto de partida desta investigação. Pretende-se não o embate entre as partes, mas o consenso dialogado. Nesse sentido, a pedagogia controversial visa a formar pessoas com visão crítica, aptas a “dialogar construtivamente” (KOLSTREIN; BRAVO, 2015, p. 16), buscando desenvolver as capacidades cognitivas e as habilidades comportamentais dos alunos. A mediação representa, nesse aspecto, um importante instrumento de transformação da

3 Importa mencionar que o termo *controversialidad* não tem registro na língua portuguesa, existindo o termo “*controvertibilidade*”, traduzido da palavra inglesa *controversity*, na esteira da interpretação feita do vocábulo alemão *kontroversität*, muito utilizado na esfera jurídica, como explicita Daniel Carlos Knoll na nota 18 de sua dissertação intitulada “O paradigma da didática da história: um estudo sobre a identidade histórica docente” (2014, p. 105). Os autores do presente artigo não intencionam fazer uma análise conceitual sobre o termo, mas simplesmente articular o conceito de mediação em Warat e a pedagogia calcada na *controversialidad*, mostrando que Warat prenuncia vários elementos dessa nova perspectiva educacional aplicada aos direitos humanos.

realidade social e de prática da cidadania, expandindo a promoção dos direitos humanos. De fato, entendida como ação endereçada aos protagonistas dos conflitos sociais, a mediação favorece a abertura de uma ampla discussão sobre os antagonismos existentes na sociedade.

A mediação constitui prática realizada na esfera comunitária e expressão da cidadania. Com efeito, a mediação serve de ferramenta para fortalecer as bases de um convívio social firmado pelo valor da justiça, via trocas e concessões mútuas, e, em especial, pela oportunidade de reconhecer as diferenças e chegar a um consenso razoável. O modelo judiciário tradicional pressupõe níveis hierárquicos bem marcados para os atores envolvidos no conflito, o que dificulta a predisposição para o diálogo e a possibilidade de um encontro com o outro marcado pela autenticidade.

Luis Alberto Warat procede à investigação da temática da mediação, especialmente no texto denominado *O ofício do mediador* (2004b, passim). O autor desenvolve narrativas inusitadas, articulando uma linguagem peculiar para alcançar um novo conceito de mediação, que extrapola a definição sedimentada pela dogmática jurídica. A linguagem e o aparato conceitual introduzidos põem-nos em caminhos tortuosos e insuspeitados, desvios do universo estreito e seguro do Direito. Nessa rota, devemos distanciar-nos das ideias preconcebidas, das noções petrificadas e seguir as múltiplas vias que se apresentam, conducentes a leituras heterogêneas e plurissignificativas.

Os elementos determinantes que Warat utiliza para chegar ao conceito de mediação são, fundamentalmente, a sensibilidade e o ser autêntico, livre das interdições impostas por uma sociedade dominadora e destrutiva (Id., p. 26-33; 48; 103)⁴. Insiste em romper com o modelo privilegiado da modernidade, tendo a racionalidade como força motriz de todo o conhecimento. Rejeita, de forma veemente, os paradigmas formais da razão pura, firmando como instrumental teórico a “sabedoria transmoderna” (Id., p. 52; 132-133), e elege a mediação como “um novo paradigma, específico, da produção de Direito (agora entendido como pedagogia que ajuda aprender a viver e não mais como lei que pune o que considera conflitivo” (Id., p. 52).

A citação é significativa, pois expressa a possibilidade de uma multiplicidade de direitos, abandonando-se a razão normativa unívoca e totalizadora. Além disso, Warat enfatiza a potência libertária da mediação, em virtude da função específica do mediador compreendido como agente transformador das diferenças localizadas num conflito e facilitador para que as partes conflitantes encontrem o caminho mais condizente para efetuar uma mudança radical em suas vidas (Id., p. 57-61). Conceitua a mediação como um “processo não adversarial (o adversarial como concepção jurídica do conflito) de administração de conflitos” (Id., p. 62).

No que se refere ao caráter libertário da mediação, Abraham Magendzo Kolstrein e Jorge Manuel Bravo assinalam que a perspectiva controversial aplicada à educação

4 Cf. o capítulo II da obra *A rua grita Dionísio!:* direitos humanos da alteridade, surrealismo e cartografia, de Warat, em que o autor diz que as formas configuradoras do Direito tradicional “conseguem formar operadores sem sensibilidade, corpos sem capacidade de relacionar-se sensivelmente com os outros e com o mundo.” (2010, p. 49).

em direitos humanos sofre influência direta da pedagogia crítica de Paulo Freire, que busca a superação das estruturas opressivas, sejam elas sociais, econômicas e culturais, libertando o educando para que assumam o papel de sujeito de direitos (KOLSTREIN; BRAVO, 2015, p. 96; FREIRE, 1983, p. 97-98). De fato, o pensar crítico freireano pressupõe o exercício do diálogo, sendo certo que a educação, que suprime o diálogo, torna-se um monólogo vertical e impositivo de supostas verdades incontestáveis, conforme expressa Paulo Freire:

O antidiálogo que implica numa relação vertical de A sobre B, é o oposto a tudo isso. É desamoroso. É acrítico e não gera criticidade, exatamente porque desamoroso. Não é humildade. É desesperançoso. Arrogante. Auto-suficiente. No antidiálogo quebra-se aquela relação de “simpatia” entre seus pólos, que caracteriza o diálogo. Por tudo isso, o antidiálogo não comunica. Faz comunicados. (Idem.)

Na mesma direção, Warat destaca o aspecto transformador da mediação na medida em que ela modifica substancialmente aquilo que chama de “senso teórico dos juristas” (2004b, p. 67; 112-113)⁵. Esse posicionamento o conduz a adotar uma atitude contrária à visão prevalecente da dogmática jurídica, e aponta para uma concepção transformadora do ensino jurídico e para a emergência de subjetividades autônomas⁶. Um novo paradigma político-jurídico é firmado, que pressupõe abandonar as velhas crenças construídas com a fundação do Estado Moderno e buscar um novo sentido para a realização da política e do direito. Na passagem abaixo transcrita, Warat expõe, de forma contundente, o conceito de mediação no seu aspecto transformador:

A mediação ultrapassa a dimensão de resolução não adversária de disputas jurídicas. Ela possui incidências que são ecologicamente exitosas, como a estratégia educativa, como **a realização política da cidadania, dos direitos humanos e da democracia**. Dessa forma, produz um devir de subjetividade que indicam uma possibilidade de ruína da alienação (sic).

A mediação deve ser encarada como uma atitude geral diante da vida. (sic) como uma visão de mundo, um paradigma ecológico e um critério epistêmico de sentido. De um modo geral, a mediação pode ser vista como um componente estruturante da visão ecológica do mundo, como um **componente estrutural do paradigma político e jurídico da transmodernidade**.

A mediação seria um salto qualitativo para superar a condição jurídica da modernidade, baseada no litígio e apoiada em um objetivo idealizado e fictício, como é o de descobrir a verdade, que não é outra coisa que a implementação da cientificidade como argumento persuasivo. E uma verdade, que deve ser descoberta por um juiz,

5 Consultar O direito e sua linguagem, de Luis Alberto Warat, em particular o capítulo IV, denominado Discurso jurídico e retórica.

6 Cf. o instrutivo artigo de Wilson Levy, Ensino jurídico e direitos humanos: a emergência da pedagogia do novo e de uma teoria emancipatória do ensino do direito, inserto no livro: Direitos humanos e formação jurídica (2010, p. 36-55).

que pode chegar a pensar-se com poder de um semideus na descoberta de uma verdade que, no entanto, é imaginária.

[...]

A mediação. (sic) ainda que a consideremos como um recurso alternativo do judiciário, não pode ser concebida com as crenças e os pressupostos do **imaginário comum dos juristas**. A mentalidade jurídica termina convertendo a mediação em uma conciliação. (2004b, p. 66-67, grifos nossos).

Na mesma linha de raciocínio, posiciona-se Eduardo Bittar no que se refere à ultrapassagem do conceito tradicional de “ciência do direito”, alicerçada em fórmulas abstratas e numa postura impermeável aos grandes embates que ocorrem no mundo real. Trata-se de formular uma concepção que permita aos aplicadores do direito assumirem um papel dinâmico na trama social e política, marcada por fraturas contundentes caracterizadoras de graves violações aos direitos humanos. Cumpre ao operador do direito despir-se do manto da racionalidade pura e impregnar-se no tecido caótico e sombrio da realidade para ser capaz de, pelas vias da sensibilidade, poder constituir-se em agente atuante da sociedade. Bittar oferece-nos uma visão da ciência clássica do Direito e acena para uma compreensão mais solidária do Direito:

Como ciência, o direito, ao se imunizar da contaminação das aflições do injusto, o alimento fundamental de toda necessária demanda por justiça, converte-se em um conjunto de fórmulas conceituais que, divorciadas da realidade sensorial, projetam-se como conhecimento na dimensão de uma mente que não possui corpo e não se relaciona a corpos humanos de indivíduos vivos de cujas necessidades reais deveria se alimentar a legitimidade do próprio sistema jurídico. Por isso, o conhecimento do direito se torna frio e estéril, formal e formular, abstrato e conceitual, no lugar de humano e sensível, dialógico e reflexivo, socialmente vocacionado. As pessoas passam a ser referidas neste discurso como “partes”, ou como “sujeitos de direito”, e a perda de significação da totalidade da experiência permite uma simplificação notória ao discurso científico, que junto consigo carrega também a esterilização da sensibilidade com as questões humanas. O próprio discurso é, portanto, a sede deste tipo de inconscientização da anestesia da sensibilidade humana em torno de questões humanas. Assim, ao longo da formação jurídica, não somente corpo se divide de alma e mente, como também o direito se divide da sociedade, como a denunciar a perda do próprio espírito da ação *pro sociate* inerente ao exercício do direito. Estas dicotomias são, portanto, reveladoras da presença majoritária de uma cultura centrada na masculinidade e na frieza calculista da razão (2008, p. 64-65).

Por conseguinte, considerando a mediação no seu sentido lato, ou seja, como um caminho hábil que atravessa toda a problemática sociocultural de uma determinada comunidade, e que propõe soluções para a conscientização e superação dos estágios conflituosos, caracterizados por preconceitos, discriminações e ausência de respeito pela dignidade da pessoa humana, a ideia de mediação oferecida por Warat representa um parâmetro teórico consistente para balizar a revitalização das atividades curriculares de-

envolvidas pelos centros de ciências jurídicas. Essa orientação pressupõe a formação de agentes transformadores e, portanto, a necessária compreensão da natureza pedagógica que permeia todo o processo de aprendizagem intrínseco da mediação. Implica uma postura aberta ao diálogo, ao reconhecimento do outro e uma assunção da responsabilidade pelas desigualdades sociais, políticas e culturais. Warat pensa a mediação como uma pedagogia controversial.

2. A dimensão pedagógica da mediação e a perspectiva controversial

Importa reforçar que Luis Alberto Warat considera a mediação como um instrumento pedagógico de grande relevância para o ensino do Direito, porque consiste numa “[...] ferramenta pedagógica para que o homem encontre, no conflito, o sentido de si mesmo, a humanização do Direito, o caráter ético de qualquer vínculo com o outro e um sentido de cidadania, de democracia e dos direitos humanos [...]” (2004b, p. 311; tradução nossa)⁷. Observa-se, em várias passagens de *O ofício do mediador*, a ênfase atribuída à natureza pedagógica do processo de mediação, porquanto consiste num novo caminho – essencialmente libertário – que mobiliza as partes no conflito. E esse caminho pressupõe que os indivíduos alcancem um nível de autonomia capaz de elaborar uma solução para o apaziguamento do conflito e a consequente transformação de suas visões de mundo (Id., p. 38-39).

Assinale-se que Warat reforça o caráter pedagógico da mediação como possibilidade de encontro com o outro e da realização da autonomia. A mediação entendida como projeto pedagógico revela-se extremamente eficaz, pois redundando em transformações sociais significativas, construídas por intermédio de um processo democrático baseado no diálogo e no consenso. Segundo Warat, a mediação comunitária das pessoas excluídas constitui-se “*como forma de revolução molecular*” (Id., p. 207). Assim, desponta claramente o viés humanístico da proposta waratiana de mediação, já que cria condições para um intenso programa de humanização do Direito (Id., p. 114), partindo da mediação como um meio importante para a conquista desse desiderato e da realização da justiça cidadã ou mediadora, vigas mestras de uma nova forma de conceber as práticas jurídicas, conforme explicitado pelo autor:

A cidadania e nosso direito a nos amar e a buscarmos uma melhor qualidade de vida se juntam para estruturar outra concepção do Direito e da justiça. Um Direito que não esteja mais centrado nas normas e sim na cidadania, uma justiça que deixe de estar centrada em valores, mas no exercício cotidiano de uma outridade cidadã. **O Direito da cidadania e justiça cidadão são duas ideias novas que surgem no pensamento jurídico transmoderno como formas de humanização do Direito e da justiça**, distanciando-se de uma

7 É importante mencionar que a passagem citada refere-se ao texto intitulado Diálogos del excluido: la ciudadanía y los derechos humanos como pedagogía: movimientos y desdoblamientos sobre el carácter pedagógico y poco terapéutico de la mediación, do livro *Surfando na pororoca: o ofício do mediador*, vol. III, de Luis Alberto Warat.

concepção normativa de resolução de conflitos, que burocratizou o estabelecimento de litígios e desumanizou seus operadores. Humanizar o Direito é reduzir a sua mínima expressão o poder normativo. Temos que recuperar a ideia de que a **cidadania e os Direitos Humanos representam o modo de realização autônoma e emancipatória das relações**. Constituem modos de humanização das relações, entendendo aqui humanização como expressão cabal da autonomia, isto é humanizar. Em embrionária aproximação, **é permitir aos homens escapar da alienação para a autonomia** (WARAT 2004b, p. 151, grifos nossos).

Deve-se sublinhar que Warat considera o Direito como projeto de humanização, ou, dito de outra maneira, como uma ideia “transgressora” (Id., p. 157), no sentido de reatar os vínculos originários dos homens, hábeis em conduzir as relações humanas por intermédio da comunicação, rechaçando a visão do Direito como mero repositório de abstrações e generalizações típicas da modernidade, caracterizado pela linearidade do legal e pelo isolamento das subjetividades. Essa ampla concepção do Direito visa a captar o complexo e o heterogêneo que qualificam o pensamento e o Direito da transmodernidade (Id., p. 158-162). Diz-nos Warat que “[...] a cidadania e os Direitos Humanos terminam sendo uma aposta no vínculo, para não se ficar só [...]” (Id., p. 168). Tal declaração soa como uma caixa de ressonância para os aplicadores de Direito verdadeiramente comprometidos com um Direito mais humano e com uma justiça cidadã.

Por conseguinte, a composição de uma justiça cidadã ou mediadora volta-se, predominantemente, para os territórios ocupados por pessoas tradicionalmente excluídas, devido a preconceitos e a fatores socioeconômicos que as colocam em patente rebaixamento na escala social e cultural. Vigora a lógica dos valores hegemonicamente reputados como verdadeiros, dela expulsas outras proposições contrárias às ideias previamente fixadas; ou seja, essa medida enviesada, logicamente estruturada, considera falsas e incoerentes quaisquer valorações contrárias a seus cânones preestabelecidos. Trata-se de uma lógica excludente, segundo Warat:

[...] Politicamente, a mediação do oprimido representa o movimento de uma revolução molecular sugerindo a emergência de uma nova subjetividade na dialética do individual e do coletivo: **nas zonas de exclusão o reconhecimento de um devir cidadão, autônomo, que expulsem os corpos enfermos de dependências, intoxicados de impérios**; cidadãos que se somem aos devires dos homossexuais, das mulheres, enfim dos devires dos socialmente incapacitados. Psicoterapeuticamente, a mediação do oprimido se junta às propostas de ruptura nesses campos, que têm a tendência de agrupar-se numa rede de resistências. No campo teórico a mediação do oprimido acompanha os momentos de contágio, de atravessamento, de diálogo, de encontro com o outro que pensa em divergência conosco. [...]. (Id., p. 207; grifos nossos).

É instrutivo recorrer aos ensinamentos de Paulo Freire no tocante à pedagogia da autonomia. Com efeito, a proposta pedagógica de Paulo Freire exige a condição básica de respeito à autonomia do educando; daí a obrigatoriedade de o professor assumir uma

postura ética em face de seus alunos sob pena de uma “ruptura com a decência” (1996, p. 60). Vale dizer: o processo educacional requer a construção cuidadosa de uma dialogicidade verdadeira, apta a permitir que os educandos possam exprimir seus pensamentos e consolidar sua autonomia, sem interditos originados de visões discriminatórias. É tarefa do educador, ser um agente ético; imperativo ao qual não pode esquivar-se:

Outro saber necessário à prática educativa, e que se funda na mesma raiz que acabo de discutir - a da inconclusão do ser que se sabe inconcluso -, é o que fala do respeito devido à autonomia do ser educando. Do educando criança, jovem ou adulto. Como educador, devo estar constantemente advertido com relação a este respeito que implica igualmente o que devo ter por mim mesmo. Não faz mal repetir a afirmação várias vezes feita neste texto - o inacabamento de que nos tornamos conscientes nos fez seres éticos. O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. (p. 59, grifos do autor).

Percebe-se que existe um cruzamento entre os ensinamentos de Paulo Freire e de Warat no que tange aos ingredientes necessários para a construção de um aprendizado crítico, dialógico e não excludente, como requer a pedagogia controversial e sua aplicação na educação em direitos humanos. Isso comprova a nossa hipótese de que o pensar waratiano coaduna-se perfeitamente com os pressupostos da aprendizagem controversial (KOLSTREIN; BRAVO, 2015, p. 96).

O projeto pedagógico aplicado à consolidação de uma cultura humanizadora do Direito representa uma das grandes metas a serem efetivadas. Tornar-se autônomo, emancipado, constitui premissa para o processo de conscientização política e de existência solidária, condições indispensáveis para a formação de um aplicador do Direito cômico de seus deveres de cidadão. Consoante frisa Adorno, a concepção de educação deve conduzir à

[...] produção de uma consciência verdadeira. [...] Isto é: uma democracia com o dever de não apenas funcionar, mas operar conforme seu conceito, demanda pessoas emancipadas. Uma democracia efetiva só pode ser imaginada enquanto uma sociedade de quem é emancipado (2006, p. 141-142, grifos do autor).

O ensino humanizador do Direito implica a constituição de práticas pedagógicas que enfatizem o diálogo plural e a solidificação dos ideais democráticos e da justiça social. A cultura dos direitos humanos propicia uma geração de cidadãos mais comprometida com a alteridade, ponto nuclear da realização da justiça, e com a autonomia. E, fundamentalmente, remete ao conceito de responsabilidade moral, pressuposto para o agir pessoal e profissional, ou, conforme nos diz Zygmunt Bauman, “a responsabilidade moral é a mais pessoal e inalienável das posses humanas, e o mais precioso dos direitos humanos...” (2006, 285; cf. BITTAR, 2004, p. 55).

A Pedagogia do Novo⁸, tal qual delineada pelo projeto waratiano, representa a tentativa de superação de uma cultura jurídica tradicional calcada numa visão dogmática e autossuficiente, deixando aflorar um Direito mais humano e, conseqüentemente, sujeitos emancipados e cidadãos solidários. Significa seguir uma corrente contramajoritária do ensino jurídico, conforme sublinha Wilson Levy, que se impõe como requisito básico nos programas das Faculdades de Direito, responsáveis pela preparação de profissionais identificados com a defesa dos Direitos Humanos (2010, p. 53).

3. Autonomia e emergência do sujeito de direito como pressuposto para a educação em direitos humanos

Como premissa básica da vida em sociedades democráticas, torna-se necessário aprofundar o tema da autonomia como *conditio sine qua non* para uma verdadeira conscientização dos direitos do homem, a partir das colocações de Luis Alberto Warat. Como já anteriormente mencionado, o autor de *O ofício do mediador* insiste em romper os limites impostos pelo conceito de autonomia pregado pela modernidade, mormente o estabelecido pela filosofia kantiana⁹. Consoante Warat, a sabedoria transmoderna considera a autonomia como resultado da interação com o outro, ultrapassando uma concepção meramente derivativa da razão normativa (2004b, p. 52-53). A questão da autonomia do indivíduo, nessa concepção, está indissociável do ofício do mediador, como aquele capaz de exercitar a sua tarefa de ser um agente da construção de uma sociedade democrática, emancipada e concretizadora dos direitos humanos:

Em termos de autonomia, cidadania, democracia e direitos humanos a mediação pode ser vista como a sua melhor forma de realização. As práticas sociais de mediação configuram-se em um instrumento de exercício da cidadania, na medida em que educam, facilitam e ajudam a produzir diferenças e a realizar tomadas de decisões, sem a intervenção de terceiros que decidem pelos afetados em um conflito. Falar de autonomia, de democracia e de cidadania, em um certo sentido, é ocupar-se da capacidade das pessoas para se autodeterminarem em relação e com os outros; autodeterminarem-se na produção da diferença (produção do tempo com o outro). E a autonomia uma forma de produzir diferenças e tomar decisões em relação à conflitividade que nos determina e configura em termos de identidade e cidadania; um trabalho de reconstrução simbólica dos processos conflitivos das diferenças que nos permite formar identidades culturais, e nos integramos no conflito com o outro, com um sentimento de pertinência comum. É uma forma de poder perceber a responsabilidade que toca um em um conflito, gerando devires reparadores e transformadores (Id., p. 66).

8 É importante acompanhar as explanações de Warat contidas em *A Pedagogia do Novo*, no livro *Epistemologia e ensino do direito: o sonho acabou* (2004a, p. 407-424).

9 Ver, especialmente, a *Fundamentação da metafísica dos costumes*, passim

De fato, ao efetuar um corte epistemológico com os tradicionais saberes da modernidade, Warat, como dito, abandona as kantianas noções de autonomia e emancipação para aventurar-se na redefinição de autonomia como sendo essencialmente a realização dos vínculos estabelecidos com o outro (2004b, p. 53). O escopo principal será, então, o reconhecimento do outro e a possibilidade de harmonização dos conflitos via uma interlocução intensa com as razões do outro, isenta de distorções, alienações ou quaisquer formas de submissões. Cuida-se, em síntese, do processo de humanização do Direito, bem como das relações sociais e institucionais. Warat é explícito na descrição da experiência da autonomia:

Estou admitindo aqui que o objetivo do Direito não é o de alcançar a paz social, nem de aplicar a lei, nem de distribuir justiça, senão a de lograr a humanização dos conflitos, entendendo por humanização a possibilidade de escapar das condições de alienação (em muitos casos, determinadas pelo próprio Direito) e fugir para as condições de produção e realização existencial da autonomia. Estou também admitindo preliminarmente, que a filosofia, por si mesma, não realiza as condições da autonomia (pelo contrário, em muitos casos, a põe em risco). E que, ao contrário, precisa de indivíduos definitivamente instalados na experiência e na pedagogia. Indivíduos. Esses, com suficiente sabedoria para poder aprender com a experiência, e depois traduzir essa aprendizagem, em uma expressão filosófica. E falar de autonomia, não como emancipação dos socialmente excluídos, e sim como possibilidade de adquirir, na vida, um movimento próprio, sem dependências ou submissões aos movimentos dos outros. (Id., p. 114-115).

Com efeito, no lastro dos grandes relatos da modernidade ou como denomina Warat “o grande relato emancipatório ou especulativo” (Id., p. 130) – fundante da modernidade, o Direito, assim como a Moral e a Política, respaldam as premissas básicas na racionalidade autônoma, solipsta, capaz de construir sistemas de conhecimentos pretensamente sólidos e seguros. O Direito legitima-se, assim, no ideal de um corpo de normas edificado para atender às exigências da paz e da segurança jurídica, olvidando os conflitos e contradições que caracterizam a vida em sociedade. Supostamente livre, idealmente autônomo, o homem abstrato desenhado pela modernidade é a reprodução ficcional coerente da razão triunfante, autossuficiente. A pós-modernidade, ao revés, tenta capturar a complexidade da natureza humana com traços fortes: egoísta, agonística e irracional; retrata a realidade como palco da violência, da exploração, das exclusões sociais, em suma, das grandes violações dos direitos humanos. Retira-se o homem indeterminado da modernidade; surge o homem comprometido com a sua história, como leitor e narrador de seu mundo.

No sentido pedagógico emprestado à função mediadora e à formação jurídica, Manfredo Araújo de Oliveira, ao dissertar sobre educação, autonomia e Direito, ressalta a “autonomia solidária” e a “humanização do humano” (2010, p. 331 e 332) como as grandes metas do ensino do Direito. De fato, assoma como tarefa imprescindível a formação de uma sólida base ética transmitida mediante conceitos como autonomia, solidarieda-

de, direitos humanos alicerçados numa matriz moral, a partir da qual indivíduos compromissados com o seu papel político e institucional na promoção dos direitos essenciais do homem serão modelados. Vale dizer, aplicadores do Direito efetivamente engajados na luta por garantir o Estado Democrático de Direito, o que condiciona sua aptidão “a reconhecer os direitos humanos e garantir sua efetivação, [...]”. (Ibid., p. 337). O cultivo desse modelo educativo deveria prevalecer nas Faculdades de Direito, para que viceje uma cultura jurídica direcionada para o florescimento do solidarismo e da consciência da dignidade da pessoa humana¹⁰ :

Essa educação se propõe ajudar as pessoas de um mundo que convivia ao enclausuramento em si mesmo a se libertar da prisão do egoísmo alienante e a abrir-se para as relações de comunhão capazes de efetivar o ser humano enquanto ser humano, o que significa dizer construir a vida a partir de marcos referenciais de solidariedade. [...] Essas transformações, no entanto, não dizem respeito somente a ações pontuais, mas necessitam cristalizar-se em instituições regidas pelo direito. Daí porque um problema central da educação precisamente num mundo onde vigem lógicas da exclusão, e a insensibilidade daí decorrente é aprofundar a consciência dos direitos na vida humana, para que a educação possa cumprir seu papel de explicitar as bases capazes de reorientar os rumos da práxis humana na direção de metas vitalizadoras do tecido social (2010, p. 333- 334).

De fato, a formação de “homens autônomos” (WARAT, 2004b, p. 181) no sentido transmoderno implica a emergência de cidadãos éticos, historicamente situados e determinados, preparados para serem partícipes de um espaço público onde a defesa dos direitos humanos torna-se a possibilidade de consolidação do Estado Democrático de Direito. O homem emancipado e garantidor desse novo modelo de Estado constitui-se em leitor atento das demandas políticas e jurídicas que rasgam o tecido social, a exigir a intervenção necessária para a superação das desigualdades existentes, visando à absorção de direitos ainda não reconhecidos pela ordem jurídica. Claude Lefort explicita o verdadeiro sentido e papel dos direitos humanos:

[...] Mas o Estado democrático excede os limites tradicionalmente atribuídos ao Estado de direito. Experimenta direitos que ainda não lhe estão incorporados, é o teatro de uma contestação cujo objeto não se reduz à conservação de um pacto tacitamente estabelecido, mas que se forma a partir de focos que o poder não pode dominar inteiramente. Da legitimação da greve ou dos sindicatos ao direito relativo ao trabalho ou à segurança social, desenvolveu-se assim sobre a base dos direitos do homem toda uma história que transgredia

10 Salienta-se que outros autores chamam atenção a uma sociedade pautada na dignidade humana a partir da autonomia de sujeitos agentes e ativos, em diálogo com Oliveira e Warat, como é o caso de Ernst Bloch, ao dizer que as construções verdadeiras sobre o justo somente deverão levar em conta a dignidade humana que é desenvolvida na esfera relacional de um homem para com o outro, com “la justicia desde abajo, [que] se vuelve contra la justicia distributiva y comutativa, contra la justicia esencial que se arroga la pretensión en absoluto de ser la justicia” (BLOCH, 2011, p. 348, grifos do autor).

as fronteiras nas quais o Estado pretendia se definir, uma história que continua aberta. (2011, p. 75).

Escrever uma história do direito que continua aberta significa assumir a inteligência reflexiva reclamada por Warat e que se inscreve no projeto de autonomia por ele compreendido. Trata-se de superar o paradigma da abstração e da neutralidade preconizado pela modernidade e mergulhar nos movimentos ininterruptos da pós-modernidade, que, por intermédio da mediação do oprimido, são capazes de promover transformações relevantes para a ampliação dos direitos humanos. Warat expressa, filosoficamente, o pensamento complexo e as consequências políticas advindas da radical mudança de paradigma, ancorados no projeto emancipatório por ele propugnado:

A mediação do oprimido como um projeto de autonomia baseado no movimento institucionalista que se autofundamenta na esquizoanálise é um conjunto de práticas micropolíticas que só adquirirá sentido em relação à força expansiva de revoluções moleculares que se organizam em rizomas, redes, consórcios, ou como se queira denominar as transformações que se originam numa proliferação de devires mutantes, de devires de novas sensibilidades, de novas alteridades, de novas formas de dialogar e de fazer amor (não num sentido trivial, mas com afetos, sentimentos, desejos que só fazem sentido com o outro, um devir de novas doçuras como diz Guatari). (2004b, p. 208).

O conjunto de ações voltadas para a concretização de direitos do homem, presente em Núcleos de Direitos Humanos e Mediação, seria um passo importante para resgatar o senso de justiça mediadora que deve prevalecer no convívio social. No aspecto estritamente institucional de acesso à justiça, os procedimentos instaurados pela mediação buscam a recomposição dos conflitos e a restauração dos direitos, enfocando prioritariamente as camadas marginalizadas, reabilitando-se, assim, o sentido de inclusão social e afirmação dos direitos (WOLKMER, 2001, p. 139). Sobretudo na observância dos princípios institucionais, calcados na justiça e nos direitos humanos, pode-se vislumbrar um projeto pedagógico que tem por escopo formar futuros aplicadores do Direito dotados de senso de justiça, sensibilidade, autonomia e disposição para promoverem os direitos do homem na sua inteireza.

É incontroverso que a contribuição de Warat seja consentânea com a pedagogia controversial. Por essa razão, mostra-se oportuna a abordagem de Warat. A natureza crítica e emancipadora da perspectiva controversial conduz os indivíduos a tornarem-se sujeitos de direito e a respeitar os direitos humanos das outras pessoas. Trata-se, em síntese, de uma metodologia transformadora e emancipadora, constituindo uma ferramenta eficiente no processo de educação em direitos humanos (KOLSTREIN; BRAVO, 2015, p. 101).

3. Considerações finais

Este trabalho tem por objetivo precípua reabilitar o sentido ético do Direito, o sujeito capaz de pleno direito. E esse caminho implica pensar o conceito de autonomia, que está na base da visão humanizadora do Direito defendida por Luis Alberto Warat. A ênfase é conferida à formação de uma cultura dos direitos humanos, como prática pedagógica constitutiva, que visa a gerar ações transformadoras por intermédio de sujeitos aptos a assumir essa importante missão no século XXI. Vale dizer, formar cidadãos que possam sensibilizar-se com as demandas sociais dos setores mais excluídos da sociedade e contribuir decisivamente para amenizar as desigualdades e injustiças sociais.

Buscou-se analisar, preliminarmente, a concepção de mediação que confere Warat. Ressalte-se que o significado é abrangente, e pode ser entendido como o instrumental teórico e prático que preside todas as ações humanas. A segunda parte desenvolve o caráter pedagógico da mediação e, especialmente, sublinha a importância desse conceito para a formação do aplicador do Direito, que deve estar predisposto a participar do processo de humanização do Direito e ser o condutor da justiça cidadã. Por fim, a discussão sobre a autonomia coloca-nos no cerne da questão fundamental dos direitos humanos e insere-nos no paradigma da transmodernidade. Todos esses tópicos constituem os aportes teóricos relevantes desta pesquisa.

Conclui-se que a importância da ideia de direitos humanos e mediação inscrevem-se no próprio resgate da humanização do Direito, que constitui o eixo central desta investigação. Com efeito, a natureza pedagógica implícita nos Núcleos de Direitos Humanos e Mediação objetiva cultivar uma formação humanista com vistas a projetar uma educação em e para os direitos humanos, recuperando o sentido pleno e originário do ser humano.

Todo o percurso conceitual visa, sobretudo, a estabelecer as convergências entre a pedagogia controversial e o pensar waratiano, tendo sido demonstrado que o sentido de mediação empregado por Warat instaura-se no âmago da perspectiva controversial aplicada à educação em direitos humanos, na proporção em que pressupõe principalmente atitudes comportamentais que irão suscitar uma melhor compreensão do outro, uma abertura incondicional para o diálogo e a busca da autonomia do educando. Para o universo jurídico, a constituição e reconhecimento do sujeito de direito, ser autônomo pleno de consciência com o mundo histórico e concreto, constitui um dever ético irrecusável.

Referências

ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. Tradução Wolfgang Leo Maar. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. *Ética pós-moderna*. Tradução José Rezende Costa; rev. H. Dalbosco. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2006.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. BITTAR, Eduardo C.B. (Coords.) et al. *Educação e metodologia para os direitos humanos*. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

_____. *Ética, educação, cidadania e direitos humanos: estudos filosóficos entre cosmopolitismo e responsabilidade social*. São Paulo: Manole, 2004.

BLOCH, Ernst. *Derecho natural y dignidad humana*. Madrid: Dykinson, 2011.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

_____. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Prefácio Leonardo Boff; notas Ana Maria Araújo Freire. 21. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2014.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Tradução Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2005. (Textos Filosóficos).

KNOLL, Daniel Carlos. *O paradigma da didática da história: um estudo sobre a identidade histórica docente*. 2014. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-13102014-155037/pt-br.php>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

KOLSTREIN, Abraham Magendzo; BRAVO, Jorge Manuel Pavéz. *Educación en derechos humanos: una propuesta para educar desde la perspectiva controversial*. México, D. F.: Comisión de Derechos Humanos del Distrito Federal, 2015. Disponível em: <http://cdhdf.org.mx/wp-content/uploads/2015/10/Educaci%C3%B3n-en-derechos-humanos_Magendzo_Pav%C3%A9z.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2017.

LEFORT, Claude. *A invenção democrática: os limites da dominação totalitária*. Tradução Isabel Loureiro e Maria Leonor Loureiro. 3. ed. revista e atualizada; apresentação Marilena Chauí. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. (Coleção Invenções Democráticas; 3).

LEVY, Wilson. Ensino jurídico e direitos humanos: a emergência da pedagogia do novo e de uma teoria emancipatória do ensino do direito. In: NALINI, José Renato; CARLINI, Angélica (Coords). *Direitos humanos e formação jurídica*. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Ética, direito e democracia*. São Paulo: Paulus, 2010. (Coleção Ethos).

WARAT, Luis Alberto. *A rua grita Dionísio!: direitos humanos da alteridade, surrealismo e cartografia*. Tradução e organização Vívian Alves de Assis, Júlio Cesar Marcellino Jr. e Alexandre Morais da Rosa. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

_____. *Epistemologia e ensino do direito: o sonho acabou*. Coordenadores Orides Mezzaroba, Arno Dal Ri Júnior, Aires José Rover, Cláudia Servilha Monteiro. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004a, v. II.

_____. *O direito e sua linguagem*. Com a colaboração de Leonel Severo Rocha e Gisele Guimarães Cittadino. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1984.

_____. *Surfando na pororoca: o ofício do mediador*. Coordenadores Orides Mezzaroba, Arno Dal Ri Júnior, Aires José Rover, Cláudia Servilha Monteiro. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004b, v. III.

WOLKMER, Antonio Carlos. *Introdução ao pensamento jurídico crítico*. 3. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2001.

Recebido em: 31/1/20 17.

Aprovado em: 3/4/2017.